

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de maio de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora marcada, 16h20, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó (51). A Deputada Ivana Bastos e o Deputado Penalva encontram-se licenciados.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária para apreciar os projetos que já foram anunciados.

São dois projetos em segundo turno: o projeto, de autoria do deputado Samuel Junior, que institui o Dia Estadual da Juventude Cristã, e o projeto, de autoria da nobre deputada Fabíola Mansur, que dá a denominação de Rodovia Edivaldo Lopes Teixeira – Didi de Aroeiras ao trecho da BA-937, que faz interligação com a BR-030, no distrito de Pajeu dos Ventos, no município de Caetité. Além dos requerimentos de urgência aqui lidos anteriormente.

Como não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, nem no Horário das Representações Partidárias, vamos diretamente à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção colegas deputados e deputadas. Em segunda votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº

25.093/2023, de autoria do deputado Samuel Junior, que institui o Dia Estadual da Juventude Cristã e dá outras providências.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade o **Projeto de Lei nº 25.093/2023**.

PROJETO DE LEI Nº 25.093/2023

Institui o Dia Estadual da Juventude Cristã e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado da Bahia, o dia Estadual da Juventude Cristã, a ser comemorado anualmente, no último sábado do mês de setembro.

Art. 2º - O dia terá como finalidade a mobilização das Igrejas e Instituições cristãs, que podem realizar, neta data, palestras workshops, congressos, cruzadas evangelísticas e de impacto, eventos de clamor ou qualquer outro evento que tragam reflexões e ajudem a juventude Cristã a enfrentar problemas sociais e venham criar a cultura da Paz, dentre outros temas relacionados a Juventude Cristã.

Art. 3º – O Dia Estadual da Juventude Cristã será incluído no calendário oficial do Estado da Bahia.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2023.

Deputado SAMUEL JUNIOR

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Segundo projeto, em segunda votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 24.701/2023, de autoria da deputada Fabíola Mansur, já citado aqui, que denomina de Rodovia Edivaldo Lopes Teixeira – Didi de Aroeiras o trecho da BA-937, no entroncamento com a BR-030.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade o **Projeto de Lei nº 24.701/2023**.

PROJETO DE LEI Nº 24.701/2023

Dá ao trecho da BA-937, que faz interligação entre a rodovia BR – 030 e o Distrito de Pajeu dos Ventos, no Município de Caetité, a denominação de RODOVIA EDIVALDO LOPES TEIXEIRA - DIDI DE AROEIRAS.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - Passa a denominar-se RODOVIA EDIVALDO LOPES TEIXEIRA - DIDI DE AROEIRAS o trecho da BA-937, que faz interligação entre a rodovia BR – 030 e o distrito de Pajeu dos Ventos, no Município de Caetité.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2023.

Deputada FABÍOLA MANSUR

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O Sr. Euclides Fernandes: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu pergunto a V. Ex.^a se a tramitação normal de um projeto passa pela Comissão de Justiça? Eu não estou ouvindo, neste momento, V. Ex.^a consultar a Comissão de Justiça. Vamos procurar dar sustentabilidade ao Regimento Interno desta Casa. Eu já estou perdendo a paciência com isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu quero informar a V. Ex.^a que o parecer foi lido, foi submetido no âmbito das comissões e houve acordo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, mesmo assim, esse projeto passou na Comissão de Constituição e Justiça. Esse projeto foi aprovado lá.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O parecer foi lido aqui e submetido a votação, correto? Os projetos foram submetidos aqui no Plenário e na comissão.

O Sr. Euclides Fernandes: Os dois projetos foram aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Foram, no Plenário.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu vou saber depois se foi aprovado ou não. Eu quero a verdade.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Claro, claro que foi aprovado, mesmo porque, nobre deputado, todos os acordos que são encaminhados pelas lideranças...

O Sr. Euclides Fernandes: Não se trata de acordo, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) superam as questões anteriores.

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite? Não se trata de acordo, não. A Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Trata-se, sim.

O Sr. Euclides Fernandes: (...) é fundamental para analisar a legalidade, a constitucionalidade do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): As lideranças têm prerrogativa de acordar e trazer ao Plenário...

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência, não tem negócio de acordo, não. Tem de se ter respeito à atribuição da Comissão de Constituição e Justiça.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Euclides Fernandes: Por favor, Excelência, eu estou com a palavra.

Eu estou perguntando a V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): As considerações...

O Sr. Euclides Fernandes: (...) se os dois projetos passaram na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passaram aqui.

O Sr. Euclides Fernandes: Vou saber depois se passaram ou não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu remeterei as considerações de V. Ex.^{as} para a CCJ.

Dando continuidade à sessão, o próximo...

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência, por favor!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu quero saber de V. Ex.^a que está dirigindo os trabalhos, presidindo os trabalhos, se esses dois projetos foram aprovados pela Comissão de Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a é da comissão da CCJ?

O Sr. Euclides Fernandes: Eu sou da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A obrigação de V. Ex.^a é saber se foram aprovados ou não. Eu estou dirigindo aqui, eu estou encaminhando o acordo...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a está presidindo os trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu estou encaminhando o acordo.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu vou pedir a V. Ex.^a

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Euclides Fernandes: Muito respeito ao Regimento Interno. É preciso... eu falo até aos Srs. Deputados estaduais, membros desta Casa Legislativa, vamos ter cuidado com o Regimento Interno. Olha, isso está andando aqui numa situação...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a que precisa respeitar o Regimento Interno, os líderes acordaram e regimentalmente a matéria foi discutida...

O Sr. Euclides Fernandes: Mas o Regimento está acima dos líderes, o Regimento está acima dos líderes e tem de ser respeitado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Está sendo respeitado. Se V. Ex.^a continuar assim, vou mandar cortar a palavra de V. Ex.^a.

O Sr. Euclides Fernandes: Tem de se respeitar o Regimento Interno desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vou mandar cortar a palavra de V. Ex.^a.

Dando continuidade à sessão, Requerimento nº 10.495/2024...

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Deputado Samuel Junior, com a palavra.

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a colocou em votação os dois projetos. Os dois projetos foram aprovados pelo Plenário, só que o deputado Euclides pediu uma questão de ordem e V. Ex.^a não proclamou que o projeto tinha sido aprovado.

Então, gostaria que V. Ex.^a proclamasse isso, para que constasse nas notas taquigráficas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Foi aprovado. Eu proclamei: “Aprovado no âmbito do Plenário. Aprovado.” Todos os dois foram.

O Sr. Samuel Junior: Pronto, foram aprovados, mas, antes de V. Ex.^a proclamar que o projeto havia sido aprovado por unanimidade, foi pedida a questão de ordem.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, foram aprovados. Assim que eu os coloquei em votação, eu disse: “Aprovado por unanimidade.”

O Sr. Samuel Junior: Perfeito. A única coisa que é preciso é V. Ex.^a falar que o projeto foi aprovado para constar nas notas taquigráficas. Essa fala de V. Ex.^a não contou.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com certeza na ata consta, após a votação em Plenário foi aprovado por unanimidade. Eu sempre repeti essas palavras mágicas, correto?

Portanto, dando segmento à Ordem do Dia.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem ao nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Antes da minha questão de ordem, ou durante, gostaria de falar que V. Ex.^a foi preciso. Ao projeto foi dado o parecer, com a dispensa de formalidade de ambos os líderes, foi dado o parecer no âmbito das comissões em Plenário.

É uma prerrogativa do presidente designar o relator, foram designados o relator Alan Sanches e a relatora Fabíola Mansur. Dessa forma, foi aprovado nas comissões e aprovado em Plenário e levado ao segundo turno nesta sessão. Então, a partir daí, acho que esse assunto está fechado e esclarecido todo e qualquer tipo de questionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto, nobre deputado.

O Sr. Alan Sanches: Para formular minha questão de ordem, já que V. Ex.^a vai colocar o primeiro requerimento, eu gostaria de pedir, primeiro, a verificação de

quórum no âmbito das comissões, e no segundo... eu queria fazer, se tiver o quórum estabelecido, gostaria de fazer...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

Parlamentar não identificado: No Plenário.

O Sr. Alan Sanches: Calma... eu queria pedir a verificação de quórum de votação e, logo em seguida, caso o tenha, eu quero fazer um encaminhamento porque eu tenho direito a 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado. V. Ex.^a veja bem, quem vai aprovar o requerimento é o Plenário, não passa pelas comissões, correto? Então teríamos de... Líder Rosemberg, o líder Alan Sanches, na questão de ordem, pediu verificação de quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso, presidente. Queria que V. Ex.^a marcasse os 25 minutos para atender à solicitação do deputado Alan Sanches. Já peço aos deputados que se façam presentes para atender o pedido de quórum de votação de 32 deputados. Temos um período de 25 minutos para V. Ex.^{as} chegarem, obviamente, ao Plenário, uma vez que se trata de um requerimento de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Por favor, peço que zere o painel e marque o tempo de 25 minutos, tempo para que os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas possam comparecer e irem registrando as presenças para a votação do primeiro requerimento de urgência.

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, há uma questão de ordem solicitando número para a votação.

(Procede-se à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Restituído o quórum de votação, eu submeto o requerimento aos Srs. e Sr.^{as} Deputados no Plenário.

(Lê) “*Requerimento nº 10.495/2024*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.323/2024, de autoria do Poder Executivo, que ‘Estabelece a revisão geral para o ano de 2024 incidente sobre os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2024.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria”

Os senhores...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, para indicar a forma como votará o Psol, por favor. Quero me inscrever.

O Sr. Alan Sanches: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, o nobre deputado Alan Sanches por 5 minutos. Essa é uma prerrogativa de líderes.

O Sr. Alan Sanches: O requerimento, solicitado pelo nobre líder do Governo, é sobre o que nós estamos questionando e tentamos barrar desde a terça-feira. Trata-se, justamente, sobre a tramitação deste projeto para a gente poder alongar o processo de discussão entre servidores e governo do estado.

Claro, a nossa bancada contém 20 deputados e não poderá derrubar este projeto, pois, para a gente, é uma injustiça o que o Partido dos Trabalhadores, da deputada Fátima, como próprio nome diz, dos Trabalhadores, não traz uma pauta para o trabalhador.

Eu acho que esta discussão poderia ser, sim, muito alongada para que a própria deputada Fátima pudesse sensibilizar o governador, de quem ela é uma pessoa muito próxima. O objetivo é o de que a gente pudesse dialogar com ele para aceitar a emenda da Oposição e colocar este reajuste em torno de 5%. Ou seja, em vez de 2%, que fossem 5% agora, retroativo a 1º de maio, e 5% a partir de 31 de agosto. Não seriam apenas 2% e 2%, mas 5% e 5%. Então, essa é a emenda colocada pela Oposição.

Sendo dessa forma, a partir do momento em que ainda não houve a sinalização da aprovação de que esta emenda nossa seja acatada, eu não tenho como concordar, não tenho como aceitar, não tenho como dialogar para que a gente possa aprovar um projeto injusto, que ele não atende aos anseios de nenhum servidor e de nenhuma servidora. Não há por que fazer a aprovação do requerimento de urgência, sequer do projeto.

Quanto à discussão do projeto, a gente vai ter de deixar para a próxima semana. Mas quero deixar algo registrado que, claro, toda a Bancada da Oposição presente hoje, nesta tarde, é contra o requerimento de urgência, e a favor dos servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação o requerimento...

O Sr. Hilton Coelho: Pedi inscrição, Sr. Presidente, também para indicar como votará o Psol.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tranquilo. Enquanto representação, não é? Regimentalmente, seria a liderança. Mas, em respeito à questão partidária, fique à vontade para fazer o encaminhamento.

O Sr. Hilton Coelho: O.k., Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Bom, quanto à primeira coisa, é preciso ficar evidente, para o grande público, para os servidores e as servidoras, que possivelmente já estão acompanhando esta sessão, pois, para eles, certamente não deveria nem estar acontecendo.

Quero dizer que hoje os servidores da saúde fizeram mobilização de rua. Eles, com muita tranquilidade, poderiam estar enchendo estas galerias, no entanto, a expectativa ontem, a esperança obtida por nós, com o transcorrer da sessão de ontem, foi inversa em relação às possibilidades que estão sendo colocadas aqui.

Portanto, é preciso evidenciar que o que está colocado para o grande público, especialmente para os servidores e servidoras, não é a votação do PL em si, mas a possibilidade de o Governo aprovar o regime de urgência. Logo, possivelmente na próxima semana, abrindo mão de um conjunto de obrigações que existiriam para a tramitação do projeto, votar rapidamente. Então, o que está sendo colocado em debate é a possibilidade de o Governo, rapidamente, votar ou não o projeto, ou seja, votar na semana que vem ou não.

Mas, Sr. Presidente, esta aprovação tem um sentido político muito importante. Há um simbolismo, a meu ver, que vai colocar, para o conjunto do serviço público, um sentimento de frustração enorme com uma posição que, ao se consolidar na tarde de ontem, nesta Casa, foi entendida pelos servidores públicos até como a possibilidade de o Governo não ter feito tanta força, já que possui formalmente a maioria, possuiria até ontem, formalmente, a maioria para aprovar o regime de urgência.

A expectativa era a de que o Governo não tivesse feito tanta força para aprovar este requerimento de urgência, com vista a estabelecer uma mesa de negociação que pautasse a realidade de negação hoje da recomposição dos salários dos servidores e servidoras.

No dia anterior, anteontem, o Governo chamou os servidores para conversar sobre a pauta. O Governo não apresentou nenhuma modificação, de fato, mas apresentou a sinalização de que estaria aberto. Possivelmente, ontem, com essa maioria não realizada para a aprovação do requerimento de urgência, o Governo poderia estar dando a sinalização para os servidores públicos. Infelizmente, caso o Governo aprove agora este requerimento de urgência, o sinal vai ser inverso, pois é um sinal de atropelamento.

Por que nós falamos de atropelamento da relação do Governo e da possibilidade de uma relação democrática e respeitosa do Governo com os servidores públicos? Nós temos evidenciado aqui, para quem tinha dúvida, na sessão de ontem, servidores e servidoras, principalmente servidoras, a exaltação da importância das mulheres durante esta semana. E nós tivemos a comemoração em relação ao aniversário da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Nós queremos dizer que existe uma questão de gênero também colocada, porque as duas categorias de peso no serviço público, a da saúde e a educação, são categorias eminentemente femininas. Então, há de se considerar isso tudo.

Mas há também a objetividade dos números! Foi evidenciado, na tarde de ontem, percentual de 54,25% apenas de defasagem salarial e de perda salarial de 2015 para cá.

Os servidores não deixaram dúvidas de que existe um contraste absoluto entre o que o governo está oferecendo, volto a dizer, 2,6%, porque são 2% de aumento. De maneira imediata, são 2%, agora em maio, e mais 2% em setembro! Segundo os

cálculos do Dieese, isso significa um impacto de apenas 2,6% no salário dos servidores! Isso é contraste total entre esses 2,6% e os 54% de defasagem, apenas se contarmos de 2015 para cá...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Aí o Dieese indica um percentual de 10%, e esta Casa rejeita a urgência!

Qual é a expectativa dos servidores? A expectativa é a de que, ao menos, uma proposta de melhoria do reajuste seria colocada com base nesses 10%, que foi calculado de maneira objetiva pelo Dieese, analisando o Orçamento do governo do estado!

Agora, o governo, mais uma vez, com as galerias vazias... Aliás, as galerias estão vazias pela esperança...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dos servidores de que o terreno do debate sobre o reajuste seria outro.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. Hilton Coelho: O debate seria a mesa de negociação. E agora pode-se aprovar aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Para concluir, Sr. Presidente.

(...) agora se pode aprovar este regime de urgência. Volto a dizer, este regime de urgência vai ser encarado como uma verdadeira punhalada pelas costas por parte do governo em relação aos servidores públicos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Hilton Coelho: Na semana que vem, nós iniciaremos os trabalhos nesta Casa em altíssima temperatura.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, nobre deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Não tenho nenhuma dúvida de que os servidores e servidoras voltarão a esta Casa e dizendo não a este reajuste, pois este não é reajuste.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. Hilton Coelho: A meu ver, isso é uma sinalização cruel do Governo em relação à dignidade dos servidores e servidoras.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação o Requerimento nº 10.495/2024.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis ao requerimento supramencionado permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado

O Sr. Samuel Junior: Com os votos contrários da Oposição, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com os votos contrários da Oposição.

Por favor, contem os votos dos deputados Hilton Coelho, Alan Sanches, Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: Kátia Oliveira.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A Mesa não dá para observar. Eu peço à secretaria o levantamento dos votos da Oposição.

Há um segundo requerimento sobre a mesa.

(Lê) “*Requerimento nº 10.496/2024*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.327/2024 de autoria do Poder Executivo, que ‘Altera a estrutura remuneratória dos cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social, Fiscalização e Regulação, Obras Públicas, Técnico-Administrativo, Técnico-Específico, Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria Geral do Estado - PGE e Fisco, da carreira do Magistério Público das Universidades Estaduais, das carreiras de Nível de Apoio - NA do Quadro Especial das Universidades Estaduais, dos cargos dos Quadros Especiais criados pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003, e dos cargos em comissão do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio, na forma que indica, e dá outras providências’.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2024.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria”

Para encaminhar, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, mais uma vez, eu cito que gostaria de estar, conforme o deputado Hilton Coelho também citou, mas que não fosse só aqui, que nós esticássemos este debate para que pudesse, mais uma vez e única vez, tentar sensibilizar o coração do governador Jerônimo, que sempre foi um militante do Partido dos Trabalhadores, mas, quando se sentou na cadeira, esqueceu o que prometeu.

Dessa forma, eu queria chamar atenção de V. Ex.^{as} para esse projeto da cultura, cuja urgência foi pedida e chegou outro dia nesse pacote de 12 projetos que vieram, no qual se fala em reorganizar cargos para que se possa, de alguma forma, ajudar na máquina administrativa. Se fosse isso, estaria muito bem. Mas não é, a máquina vai continuar da mesma forma, ineficiente como está.

Digo mais, eu subi à tribuna para fazer esse questionamento hoje ao deputado Rosemberg e à Base do Governo. Quando falamos em segurança pública, sempre queremos que se tenha um olhar diferenciado, e o próprio governador falou que isso é prioridade na gestão dele. Mas palavras, o vento leva.

Nós vimos o que aconteceu com o programa Bahia pela Paz, encaminhado a esta Casa, o qual o próprio governador veio entregar. Ontem, no dia da votação, ele completou aniversário de 2 meses. Como nós podemos entender que a segurança pública é prioridade de um governo se ele pega a reorganização da cultura e traz de urgência, mas o programa Bahia pela Paz que, de alguma forma, ele gostaria de transmitir que estaria fazendo algo pela segurança pública, ele deixa caducar por 2

meses? Foram 60 dias até a votação do Bahia pela Paz, mas eles pedem urgência para a reorganização de cargos da cultura.

É assim o Partido dos Trabalhadores, é assim o governo do estado.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação o Requerimento nº 10.496/2024, do Sr. Líder Rosemberg Pinto.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu quero fazer uma observação rapidamente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. De forma exageradamente tolerante, V. Ex.^a pode usar o tempo.

O Sr. Hilton Coelho: Está bom, eu vou evitar fazer comentários sobre esse exagero.

Mas, Sr. Presidente, nós estamos tratando também sobre a questão dos reajustes dos servidores, especificidades que estariam sendo respondidas em diversas áreas do serviço público.

Eu quero, especificamente – já que o deputado Alan falou da área da cultura –, falar sobre a segurança pública. Nós temos uma dívida histórica com a segurança pública. Aliás, nesta semana, dois trabalhadores da segurança pública, um da Polícia Militar e um da Polícia Civil se suicidaram. Isso é uma evidência de como a nossa segurança pública está desprezada do ponto de vista de uma gestão realmente democrática e de quanto é caro para nós discutirmos uma Bahia pela paz.

Eu quero dizer que, em 2011, ou seja, há 13 anos, o Governo aprovou nesta Casa o salário de nível superior para a Polícia Civil, para escrivães, técnicos, peritos técnicos e investigadores. Até hoje, não existe de fato a regulamentação para garantir esse salário de nível superior.

Nós queríamos ver esse debate ser apresentado pelo governo numa mesa de negociação, não penduricalhos que visam principalmente tentar dividir o serviço público, que não está dividido. Eu, Sr. Presidente, participei de várias manifestações unificadas e ontem vocês puderam ver como os trabalhadores estão unificados. Mas o objetivo do governo é tentar dividir o conjunto do serviço público, tentando responder a penduricalhos – como eu disse – e retirando a perspectiva de afirmação, de fato, das carreiras do serviço público, a exemplo da segurança pública.

Então, essa é uma dívida histórica. Não está se discutindo reajuste salarial quando se fala de salário de nível superior na Polícia Civil; nós estamos discutindo atribuições que foram reconhecidas nos mais diversos debates sobre segurança pública neste país e, ao se reconhecer as atribuições dos profissionais da polícia investigativa, a conclusão a que se chega é de que essas atribuições estão relacionadas ao exercício de uma função de nível superior. Por isso, a questão do salário de nível superior está na Lei Orgânica da Polícia Civil, a qual o governo nunca regulamentou e agora vem com essa propositinha específica de tentativa de divisão, como eu disse, das categorias, retirando parte da segurança pública, parte da cultura e de outros segmentos para tentar fazer com que o projeto seja viável.

Mais uma vez, eu quero dizer que esta Casa vai dar uma péssima sinalização para os servidores públicos que, de maneira unificada, aprovaram os 10% como referência de reajuste para a mesa de negociação e que vão, com certeza, encher as galerias, encher os corredores, a frente desta Casa, contra essas propostas que, sobretudo, representam uma posição completamente desrespeitosa do governo do estado contra o conjunto do serviço público.

Essa é a posição do Psol, o nosso voto será contrário a esse requerimento de urgência, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação o Requerimento nº 10.496/2024, do deputado líder Rosemberg Pinto, solicitando a urgência já referida.

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com os votos contrários dos deputados e deputadas da Oposição e do Psol.

O Sr. Alan Sanches: Da Oposição e do deputado Hilton Coelho.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aprovado o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo requerimento.

Requerimento nº 10.497/2024, do nobre deputado Rosemberg Pinto, o qual solicita urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.293/2024, de autoria do Poder Executivo, alterando a Lei nº 13.448, de 19 de outubro de 2015, na forma que indica.

O Sr. Alan Sanches: Eu precisava saber qual é a ementa do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Esse é com relação à mudança do empréstimo. A lei do empréstimo já havia sido aprovada...

O Sr. Alan Sanches: Eu quero encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) em 2015 e agora solicita-se um valor de US\$ 200 milhões...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mudando o foco, o de US\$ 200 milhões vem depois. O destino é esse: o projeto de lei altera a Lei...

O Sr. Samuel Junior: Presidente, o que está sendo pedido é o valor ou está sendo pedido para se alterar o destino do recurso?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) Repare: (lê) “*Altera a Lei nº 13.448, de 19 de outubro de 2015, na forma que indica...*” Entendeu? Já foi autorizado para que o governador tomasse o empréstimo, e agora altera...

O Sr. Samuel Junior: Mudando o destino do recurso!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) O objeto! O objeto do destino.

O Sr. Samuel Junior: É que o senhor falou em US\$ 200 milhões.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A autorização.

O Sr. Samuel Junior: Acho que V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não! Isso aí é conversa minha com V. Ex.^a, e eu vou dizer ao senhor depois onde vai ser aplicado, está certo?

O Sr. Samuel Junior: Ah!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas o importante agora é o seguinte: em votação...

O Sr. Samuel Júnior: É secreto, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Samuel Junior: Hein, V. Ex.^a. É secreto o recurso ou V. Ex.^a, por quem eu tenho muito respeito, está brincando com o recurso público?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, veja... veja... V. Ex.^a tem razão. Veja bem, a lei é de 2015, à época, ela autorizou que o governador pudesse tomar até US\$ 400 milhões. Essa lei já foi aprovada, está lá. O que o governador está fazendo agora? Mandando um projeto de lei para adequar essa autorização que ele já tinha ao objeto e aos valores que ele vai mandar oportunamente para poder receber empréstimo dos bancos, enfim, das instituições bancárias que financiam.

A Assembleia já o autorizou, ele já tem autorização, ele está atualizando somente.

O Sr. Samuel Junior: Eu sei, V. Ex.^a. É que, quando o deputado Alan o questionou, V. Ex.^a, não sei se intempestivamente, falou no empréstimo de US\$ 200 milhões, é exatamente sobre isso que queria que o senhor nos esclarecesse.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São US\$ 400 milhões, mas, por enquanto, ele está tomando US\$ 200 milhões e vai tomar os outros US\$ 200 milhões depois.

O Sr. Samuel Junior: Quando V. Ex.^a falou que iria me informar de forma secreta, eu não sei como seria isso, não. Mas tudo bem, ficou entendido.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sobre esse detalhe, a gente pode melhorar depois as informações.

O Sr. Samuel Junior: Pronto, se houver qualquer dúvida, eu tiro com o deputado Euclides.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Disponho-me a V. Ex.^a.

Deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, chega a esta Casa, se não me falha a memória e minhas contas, o sétimo empréstimo solicitado em 1 ano e 7 meses do governo Jerônimo. É o governo que mais solicitou empréstimos em tão pouco tempo. São apenas 17 meses, e nós vamos chegar à cifra de R\$ 6 bilhões com a ajuda, tenho certeza, da Bancada do Governo.

Para poder esclarecer ao deputado Samuel Junior, eu queria dizer que, na verdade, quando se fala que são 400 milhões, são US\$ 400 milhões, e a multiplicação não é vezes 5, a multiplicação vai ser por 5,4, por 5,5, o que dá em torno de R\$ 2,4 bilhões, esse é o endividamento que vai ter neste governo, a gente vai endividar a Bahia em mais R\$ 2,4 bilhões.

Isso porque a autorização foi feita lá em 2015, mas não foi tomado esse recurso, e esse recurso vai ser agora... a Bahia vai ser endividada agora, não foi em 2015, será em 2024, 9 anos depois.

Sendo dessa forma, a única coisa que veio de diferente, deputado Rosemberg, de todas as vezes, de todos os seis empréstimos, é que neste, como foi em 2015, é trazida a instituição financeira da qual será tomado o empréstimo, que é o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), essa é a única diferença.

Fora isso, da mesma forma que ele tratou aqui os outros, eu quero que quem quer que seja... A minha inteligência não consegue alcançar isso, eu não consigo saber especificamente onde a gente vai colocar esses recursos.

(Lê) “Art. 1º -

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do fortalecimento dos programas estruturantes...”

Diga-me uma coisa: quanto custa o fortalecimento dos programas estruturantes? Que programas estruturantes são esses? Se fossem US\$ 400 milhões, como o deputado Rosemberg falou, acabou aí. Mas não, não é. V. Ex.^a está errado, porque ele continua aqui:

(Lê) “(...) *financiamento do fortalecimento dos programas estruturantes do Governo da Bahia relativos ao desenvolvimento de infraestruturas logísticas...*”

Que infraestrutura logística? De quê? Deputado Cafu, que já foi prefeito, eu queria que ele me dissesse: infraestrutura logística de quê? De que área? A gente está falando de US\$ 400 milhões, ou seja, R\$ 2,4 bilhões.

Mas não fica só aí, não. Para deixar V. Ex.^{as} mais confusas, ele vai dizer: (Lê) “(...) *desenvolvimento de infraestruturas logísticas, institucionais e eficiência energéticas, à melhoria da mobilidade...*”

Ele já vai da energia à mobilidade. Continua um vazio imenso. Para quê? Para que o deputado Euclides, mesmo tendo sido reitor de faculdade, não consiga perceber, para que nenhuma de V. Ex.^{as} possa perceber onde será alocado e quanto será alocado em cada lugarzinho desse.

Porque não tem, porque o que ele quer é o cheque em branco desta Casa para colocar onde ele achar conveniente, inclusive para fazer as eleições gerais de 2026. Para a eleição deste ano, ele não vai conseguir utilizar esse recurso, mas já tem R\$ 3,7 bilhões que esta Casa já autorizou. À revelia da Oposição, ele já tem R\$ 3,7 bilhões para fazer a campanha municipal.

(Lê) “(...) *eficiência energéticas, à melhoria da mobilidade...*” Mas ele achou pouco e falou: “Vou confundir mais esses deputados”. (Lê) “(...) *e acesso a oportunidades...*”

Acesso a oportunidade de quê? Quem escreveu isso? “Acesso a oportunidade”, deputado Cafu. A oportunidade de que, gente? Nós somos campeões do desemprego no Brasil.

Mas não fica só aí, não. Ele falou do acesso a oportunidades e continua nesse artigo: (Lê) “(...) *à transição ecológica inclusiva para o crescimento sustentável...*”

Imagina se alguém consegue entender para onde vai esse recurso. Não vai para lugar nenhum! Esta Casa vai estar, como eu disse, dando um cheque em branco.

Mas não acabou, não. Quando ele fala do crescimento sustentável, aí ele continua: (Lê) “(...) *ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público...*”

Pelo amor de Deus, só faltou falar da saúde, mas quando ele fala de infraestrutura, quando ele fala de mobilidade e logística, ele pode meter a saúde pelo meio, que ela estará contemplada aqui também.

Então, é claro que V. Ex.^{as} vão ser a bancada do “sim”, a bancada de balançar a cabeça, o que eu entendo, faz parte do jogo, faz parte da política, mas é um absurdo que esta Casa, por meio do seu presidente, Adolfo Menezes, não peça, no mínimo, o respeito a esta Assembleia, a consideração a este Parlamento, porque os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário precisam ser harmônicos, mas não têm que ser subservientes.

Então, a nossa bancada rejeita completamente o pedido de urgência para esse empréstimo, rejeita completamente fazer qualquer tipo de acordo porque isso que está acontecendo nesta Casa é um simples absurdo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação o pedido de urgência, feito pelo deputado Rosemberg Pinto, para o Requerimento nº 10.497, para que possamos votar o projeto de lei referido, que altera a Lei nº 13.448, de 19 de outubro de 2015, na forma que indica.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com os votos contrários da Oposição e do deputado Hilton Coelho.

Último requerimento na Mesa, Requerimento nº 10.498/2024.

Mais uma vez, o deputado líder Rosemberg Pinto solicita o regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.325/2024, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a transação de créditos tributários e não-tributários inscritos em dívida ativa, nas hipóteses que especifica.

Encaminha contrariamente ao pedido de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.325/ 2024

O Sr. Alan Sanches: Para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Tenho que realmente relatar que não foi feito acordo ontem para que não fosse votado nem urgência. O deputado Rosemberg tem sempre, na parte legislativa, cumprido todos os acordos que nós fazemos, e tenho a certeza de que continuará assim até o término do meu mandato como líder. Mas, veja bem. a Oposição não é oposição simplesmente para ser crítica. É um projeto positivo esse. Esse é um projeto bom. Esse é um projeto pelo qual a gente, de alguma forma, retira a burocracia existente no serviço público e tenta abrir um elo de negociação entre a Procuradoria e quem está devidamente em débito e inscrito na dívida ativa.

Mas o que a gente não pode conceber, deputado Rosemberg Pinto, é a forma de não discutir os projetos como a gente tem trabalhado aqui. Os projetos chegam... chegou uma ruma de projetos aí, 12 projetos. V. Ex.^a tinha o direito de solicitar quatro urgências. Queimou as quatro urgências trazendo esses projetos para que se evite, de alguma forma, a discussão do projeto do reajuste e do projeto do empréstimo, para que a gente não possa anunciar à sociedade, anunciar às pessoas interessadas o que está acontecendo no governo do PT, o tratamento que ele dá às classes trabalhadoras. Então, dessa forma, esse é um projeto em que a gente poderá votar, votar a favor desse projeto, mas não pela urgência. A urgência, a gente vai encaminhar contrariamente também.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, Requerimento nº 10.498, pedido de urgência para o Projeto de Lei nº 25.325/2024, do Poder Executivo, que permite que as dívidas inscritas na dívida pública possam ser negociadas. Portanto, é um projeto que vai ajudar a incrementar a economia, a fomentar transações, e é uma coisa boa, como disse muito bem o nobre deputado Alan Sanches. Por isso,... É favorável, Alan, o encaminhamento?

O Sr. Alan Sanches: Não, vou votar contra a urgência.

O Sr. Rosemberg Pinto: Ele vai votar a favor no mérito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vota contra a urgência, embora concorde com o mérito. Tudo bem.

Em votação o Requerimento nº 10.498, que acaba de ser lido, requerido pelo líder Rosemberg Pinto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com os votos contrários da Oposição.

O deputado Hilton Coelho também é contra?

(O Sr. Deputado Hilton Coelho movimenta a cabeça indicando ser a favor.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não, não, não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A favor, a favor.

Aprovado o projeto por ampla maioria, com os votos contrários da Oposição.

O Sr. Alan Sanches: Votos contrários da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Isso já foi registrado.

Aprovado, portanto, o Requerimento nº 10.498/2024.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu queria aproveitar para agradecer a todos os deputados e deputadas pela participação nesta sessão. Fiz questão de não encaminhar nenhum dos requerimentos, entendendo que a votação das urgências traz a possibilidade de aplicar já agora, na folha do final do mês, os reajustes que serão oriundos do projeto que nós vamos votar na próxima semana.

Então, quero agradecer a todos os deputados e deputadas pelo esforço para estarem aqui hoje para que a gente pudesse votar os requerimentos e os dois projetos de iniciativa dos deputados Euclides Fernandes, deputada Fabíola Mansur e o deputado Samuel. Já informando que nós vamos fazer uma força-tarefa para que, na próxima semana, a gente já possa apreciar alguns projetos de deputados, e iremos votar na próxima terça-feira, à tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Binho Galinha, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Ivana Bastos (licenciada), Jurailton Santos, Marcinho Oliveira, Neusa Cadore, Penalva (licenciado), Robinho, Rogério Andrade e Tiago Correia. (12)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.